

N.º

NIPG

Data

Habitação Social REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DE RENDA SOCIAL

1. Identificação do/a requerente

Nome*

NIF*

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

Morada*

Tipologia*

Bloco*

Piso*

Fração*

Conjunto habitacional*

Código-postal*

Freguesia*

Concelho*

Telefone*

Telemóvel*

Correio eletrónico*

Representado/a por

Na qualidade de* ⁽¹⁾

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

2. Agregado familiar

Nome

Idade

Relação de parentesco

Nome

Idade

Relação de parentesco

Nome

Idade

Relação de parentesco

Nome

Idade Relação de parentesco

Nome

Idade Relação de parentesco

Nome

Idade Relação de parentesco

Nome

Idade Relação de parentesco

3. Informações específicas

Fogo com o número de morador/código

Tipo de representante

- Arrendatário/a
 Mandatário/a do/a arrendatário/a
 Outro/a

4. Proposta de plano de pagamento

Período abrangido

a

Prestações	Mês/ano	Valor da prestação	Total de dívida restante
1.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
2.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
3.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
4.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
5.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
6.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
7.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
8.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
9.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €
10.ª prestação	<input type="text"/>	<input type="text"/> €	<input type="text"/> €



Requerente/Representante

* Campos de preenchimento obrigatório.

(1) Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

Declaro conhecer e comprometer-me a cumprir o Regulamento Municipal para Atribuição de Habitação em Regime de Renda Apoiada e de Gestão das Habitações do Município.

Aceito expressamente que os meus dados sejam utilizados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Autorizo ser notificado/a através do correio eletrónico e/ou contactado/a através do(s) número(s) telefónico(s) indicado(s).

Declaro que tomei conhecimento que, a não apresentação de todos os documentos necessários, poderá ter como consequência o indeferimento do pedido.

Pede deferimento,

O/A requerente/representante

Serviço de Atendimento

O/A Técnico/a de Atendimento verifica o processo e aconselha o/a requerente/representante a não entregar o mesmo sem que esteja completo.

O/A Técnico/a de Atendimento



Habitação Social REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DE RENDA SOCIAL

Legislação

- Regulamento n.º 531/2015, de 10 de agosto, Regulamento Municipal para Atribuição de Habitação em Regime de renda Apoiada e de Gestão das Habitações do Município.
- Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
- Decreto-Lei n.º 47 344, Diário do Governo n.º 274/1966, Série I, de 25 de novembro, Código Civil.
- Constituição da República Portuguesa, Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, de 10 de abril.
- Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos que Recebem Público, Via Pública e Edifícios Habitacionais.
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Aprova o Regulamento Geral de Ruído e revoga o Regime Legal da Poluição Sonora, aprovado pelo Decreto-lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.
- Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Regime Jurídico da Detenção de Animais Perigosos e potencialmente Perigosos, enquanto Animais de Companhia.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo.
- Lei n.º 53-B/2006, de 8 de agosto, que Cria o Indexante dos Apoios Sociais e Novas Regras de Atualização das Pensões e Outras Prestações Sociais do Sistema de Segurança Social.
- Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, que revoga o Decreto n.º 35 106, de 6 de novembro de 1945, que Insere Várias Disposições Relativas à Ocupação e Atribuição de Casas Destinadas a Famílias Pobres.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime jurídico das Autarquias Locais, que aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das

Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.

